

# Topografia e estratificação social: representações e mecanismos de poder na cidade medieval\*

*Cybele Crossetti de Almeida\*\**

## ABSTRACT

### **Topography and social stratification: representations and mechanisms of power in the medieval town.**

Medieval town's topography reveals several aspects about the life of the societies that inhabited them, such as corporative organization, religious devotion and social stratification. Most of the occupations were concentrated in specific streets and districts, around parishes which, in Cologne, beyond its religious function, also played, initially, the role of agglutinating centers for political activities. The ruling group in Cologne, however, opposing that of the artisans, was not concentrated in determined districts; but it was dispersed all over the city. The present contribution tries to expose and analyze this phenomenon relating it with the social stratification process present in the medieval towns.

A topografia das cidades medievais revela diversos aspectos sobre a vida das sociedades que as habitavam, tais como organização corporativa, devoção religiosa e estratificação social. A maior parte dos ofícios concentrava-se em determinadas ruas e bairros, em torno de igrejas paroquiais que, em Colônia, além da função religiosa, cumpriram inicialmente o papel de centros aglutinadores da atividade política. Mas o grupo dominante em Colônia, contrariamente ao dos artesãos, não se encontra concentrado em determinados bairros, estando, pelo contrário, disperso por toda a cidade. Este artigo pretende expor e analisar este fenômeno relacionando-o com o processo de estratificação social presente nas cidades medievais.

## INTRODUÇÃO:

Este artigo tem por objetivo analisar, por meio da prosopografia, as relações e representações de poder na cidade de Colônia, Alemanha, na idade média tardia<sup>1</sup>. A prosopografia é, no Brasil, um método ainda pouco utilizado, que pode ser explicado sucintamente como a análise de grupos e instituições através da montagem de biografias

coletivas<sup>2</sup>. Neste tipo de estudo são de interesse central questões como ligações familiares e matrimoniais, de vizinhança, relações de clientela etc. Devido ao fato de que estudos em prosopografia medieval geralmente se ocupam de longos períodos de tempo, as fontes seriais<sup>3</sup> estão entre as mais utilizadas devido à possibilidade de acompanhamento, através de várias gerações, de desenvolvimentos tais como ascensão e declínio de famílias, grupos ou instituições. No trabalho que desenvolvo, destacam-se o grupo de fontes referentes ao registro de imóveis, *Schreinsbücher*<sup>4</sup>, que fornecem dados econômicos, abrem a possibilidade de reconstruir genealogias e observar mudanças nas estruturas familiares, além de permitir lançar um olhar sobre as mentalidades e os valores de determinados grupos. E, tratando-se de registros de bens imóveis – e negociações que os tinham como base – abrem também a possibilidade de reconstruir o meio social e as relações de poder e vizinhança.

Apesar da sua inegável importância há uma série de dificuldades no trabalho com os *Schreinsbücher*. A primeira é o próprio volume de material. O arquivo histórico da cidade de Colônia tem cerca de 550 exemplares, entre os séculos XIII e XVIII, sendo que a maior concentração de material é para a idade média. Cada livro tem cerca de 40 x 30 cm de tamanho e uma média de 400 páginas. Não há nenhuma edição completa nem como resumos<sup>5</sup>, o que faz o trabalho do pesquisador semelhante ao de um garimpeiro. Outra séria dificuldade é o fato de que os *Schreinsbücher* seguem uma ordenação espaço-temporal, o que torna a busca por bens de algumas famílias específicas extremamente trabalhoso.

Também os testamentos são fontes importantes para a reconstrução do espaço e do imaginário medieval, pois fornecem informações valiosas como o lugar de moradia, doações para amigos e parentes, obras pias, o local do enterro etc. Cruzando estas informações é possível perceber a preocupação com a vida *post mortem*, a relação algo contraditória de indivíduos do grupo mais rico com a própria riqueza devido ao preceito bíblico de que é “mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que o rico entrar no reino dos céus”. Desse modo, embora riqueza fosse uma das condições para a ascensão social, percebe-se nos testamentos o desejo de legitimar ou “purificar” os bens adquiridos, muitas vezes de forma não perfeitamente legal. Exemplo desta preocupação encontra-se nos testamentos de Mathias von Kneyard e Hadewigis<sup>6</sup>, de 1398, e de Gerhard

von Lintlair <sup>7</sup>, de 1397. Também Johann von Rinck, um dos mais destacados membros do grupo político da cidade, após retirar-se da atividade comercial, registra em seu testamento de 1512 que tinha consciência de ter pecado, mesmo involuntariamente, durante a sua vida de negociante, e por isso deixava uma grande quantidade de bens para os pobres, especialmente crianças e mulheres. E embora tivesse ganho a maior parte da sua riqueza no comércio, deixa claro que não gostariam que seus filhos seguissem este caminho (IRSIGLER, 1973, p. 322-323). O modelo encontrado em Colônia corresponde ao “ritual da morte” descrito por Philippe Ariès que incluía o pedido de perdão aos parentes, a reparação de faltas cometidas, a escolha do local de sepultura etc. (ARIÈS, 1989, p. 69-70) e a reparação de pecados através de obras pias para igrejas e instituições de caridade .

A análise das fontes mostra a forma como era encarada a questão da riqueza e pobreza, já que ambas tinham seu lugar no plano divino para a realidade humana. Como mostra a repetida crítica e advertência ao pecado da avareza, a riqueza deveria ser usada não apenas em benefício próprio mas também para o bem da comunidade, e é deste modo que igrejas e hospitais beneficentes proliferaram em Colônia. Estas obras foram um importante suporte para o crescimento da cidade que, com uma população entre 30 e 35 mil habitantes em fins da idade média, era uma das maiores cidades ao norte dos Alpes. Estas construções e doações serviram também para legitimar o poder exercido pelo grupo dominante, dentro da concepção que pobres e ricos tinham um papel importante na vida da comunidade. Assim, a própria arquitetura<sup>8</sup> desta cidade conta em parte a história de disputa de poder entre as famílias do grupo dirigente, cuja luta por prestígio e status deixou suas marcas: uma grande quantidade de hospitais, capelas e casas, algumas delas ainda preservadas. Processo semelhante, de afirmação do grupo dirigente, pode ser visto ainda hoje em Bologna, Itália, cujas torres demonstravam o poder e riqueza das famílias rivais. Em Colonia esta demonstração de poder se traduz através das 24 igrejas, 26 capelas, 25 mosteiros e 32 hospitais, diretamente criados ou subsidiados pelos habitantes da cidade (KEUSSEN, 1986, p. 147-156). Mas, para evitar cair em reducionismos, é necessário acrescentar que não apenas os grupos mais ricos e diretamente envolvidos nas disputas políticas faziam estas doações. Alguns dos testamentos preservados do grupo de artesãos mostram que, embora com variações no valor, a regra geral era deixar-se bens para obras

pias, como mostra o testamento de Stetzis van Berge, farmacêutico, e sua mulher, Lysabeth, em 1475.<sup>9</sup>

No entanto, por tratar-se de fontes que registram bens imóveis e as rendas advindas destes, os *Schreinsbücher* podem ser decepcionantes para quem se interessa especialmente pelos grupos marginais ou das classes baixas<sup>10</sup>, cuja quantidade de bens próprios é sensivelmente menor que para os grupos mais abastados. Como os registros de negócios de aluguel<sup>11</sup> – que também tinham seu lugar na cidade – não eram feitos nos *Schreinsbücher*, perde-se assim a possibilidade de um estudo mais sistemático destes grupos. Mesmo assim ainda há uma quantidade razoável de artesãos (ouríveres, padeiros, alfaiates etc.) que são mencionados nos *Schreinsbücher*. Para muitos deles – caso não tenham tido participação política ou disputas judiciais – os *Schreinsbücher* são uma das poucas possibilidades de obter-se informações sobre este grupo. Pelo fato dos artesãos serem via de regra registrados com as suas profissões (ao contrário dos comerciantes) oferecem a chance de identificar redes de vizinhança e cooperação que são um indício das confrarias e corporações profissionais, uma característica importante da cidade medieval. Em Colônia este tipo de organização social e espacial deu origem ao nome de muitas ruas, como *Unter Hutmacher*, *Unter Goldschmied*, *Weberstrasse*, (respectivamente: dos chapeleiros, dos ouríveres, dos tecelões). Além da proximidade geográfica pode-se notar uma tendência para casamentos endogâmicos também nos meios de artesãos, o que é algo interessante de se relacionar com a tendência endogâmica dos segmentos mais abastados.

## TOPOGRAFIA E ESTRUTURAS DE PODER

Discutir a topografia das cidades medievais significa, em grande parte, discutir relações de vizinhança. Vizinhança é um elemento importante das relações sociais e políticas deste período, dentro do conceito de *Verflechtung* (*reseau*, *network*) desenvolvido por REINHARD (1979), e também presente no trabalho de SIEH-BURENS (1986). Também RÜTHING (1981), em seu estudo sobre a cidade de Höxter, demonstrou que a vizinhança era um dos fatores responsáveis pela definição de uma política matrimonial (RÜTHING, 1981, p. 20). Estes exemplos permitem considerar a vizinhança como um

critério para a diferenciação e estratificação social nas cidades medievais e modernas, conclusão também apoiada por Isenmann (ISENMANN, 1988, p. 63). Este autor define topografia como uma espécie de „organização corporativa“ (ISENMANN, 1988, p. 60) da sociedade medieval, pois esta seria determinada através de critérios jurídicos, religiosos, econômicos e sociais (ISENMANN, 1988, p. 60). Estudos clássicos (como os de Planitz<sup>12</sup> e Keussen<sup>13</sup>) deixaram estes aspectos freqüentemente em segundo plano, o que recentemente vem sendo resgatado por pesquisas prosopográficas, como é o caso dos trabalhos de Sieh-Burens, Teofilo Ruiz e Peter Burke. Neste sentido é possível trabalhar com os conceitos de topografia e vizinhança como instâncias de contato social<sup>14</sup> do grupo dominante.

A esta interpretação pode-se acrescentar o mapeamento dos diferentes segmentos urbanos e entender as relações de vizinhança como uma forma de **comunicação** entre estes, isto é, também nas relações entre a camada dirigente e a camada dirigida, pois o conceito de comunicação é um dos elementos centrais para a compreensão da sociedade medieval, como demonstram os trabalhos de GIEL (1998) e ALTHOFF (1997). Deste modo fatores como a concentração ou dispersão espacial dos ricos e poderosos podem ser relacionados com o fechamento ou abertura do grupo dirigente a novos elementos.

Mas o que pode nos dizer a vizinhança sobre a vida de uma cidade medieval? Esta questão pode ser explicada utilizando o exemplo de Burgos. Esta cidade – uma das mais importantes do reino de Castela – mostra um modelo de „segregação“ social e política, que se reflete na própria topografia da cidade. O trabalho de Teofilo Ruiz sobre Burgos mostra que a elite de cavaleiros-vilões<sup>15</sup> morava em uma rua principal, a rua de Sanct Llorente, ou nas suas imediações. Este desenvolvimento não é exclusivo de Burgos, podendo também ser observado em outras cidades castelhanas como Ávila e Valladolid (RUIZ, 1994, p. 251).

Cidades alemãs, como Colônia e Augsburg<sup>16</sup>, no entanto, seguiam um padrão diferente de organização social, sem uma divisão nítida entre os indivíduos da camada dirigente e da camada dirigida. Para Colônia, embora considerando procedente a distinção entre bairros mais ricos e mais pobres, conforme apontado por Keussen<sup>17</sup>, percebemos que

as famílias mais influentes tinham propriedades e moravam em vários bairros, como mostram os *Schreinsbücher*, testamentos e listas de impostos de 1487.

Das famílias que constituem o núcleo deste estudo, a mais antiga é a família von Hirtze. Membros desta família tinham casas e rendas em sete diferentes bairros (Severin, Brigida, Aposteln, Laurenz, Peter, Martin e Columba). Os membros desta família, além de fornecer quadros político-administrativos para Colônia, como os demais, foram destacados mecenas e benfeitores da cidade, na qual se destaca o convento von Hirtz na Minoritenstraße e um convento com o mesmo nome Römerstraße (KEUSSEN, 1986, p. 150-151). A família mais nova, os Wasservase, detinha casas e rendas em oito bairros diferentes (Columba, Niederich, Eigelstein, Hacht, Laurenz, Aposteln, Peter e Brigida). Entre os Wasservase é possível constatar uma maior concentração de propriedades no bairro St. Columba, no qual se localizava a primeira propriedade adquirida pela família, e que oportunizou a mudança do nome do patriarca. Gerhard von der Hennen. Gerhard (que em algumas fontes aparece com o seu nome na versão latina “de *Gallina*”), adquiriu a casa von Wasservase em 1407<sup>18</sup>, passando a chamar-se deste modo. Dez anos mais tarde ele foi eleito membro do conselho da cidade, inaugurando uma tradição que a família Wasservase manteria até 1520. A associação do nome da família e do nome da casa não é uma particularidade da cidade de Colônia: Christiane KLAPISCH-ZUBER (1990) registra o mesmo mecanismo para as cidades da Itália renascentista. No caso dos Wasservase, a concentração neste bairro talvez esteja ligada a uma maior necessidade de afirmação, o que transparece também no serviço de vários membros desta família como oficiais da paróquia de St. Columba. A família Dauwe, que situava-se entre os Hirtze e os Wasservase<sup>19</sup>, tinha casas e rendas em treze diferentes bairros (Airsbach, Niederich, Weyerstraße, Martin, Peter, Severin, Aposteln, Dilles, Columba, Hacht, Brigida, Alban e Laurenz). Além do dado econômico em si<sup>20</sup>, a dispersão em diferentes bairros fornecia aos membros destas famílias a possibilidade de atuar como oficiais (*Amtmann*) em várias delas, e assim aumentar a chance de chegar a conselheiro ou prefeito da cidade, já que a condição de oficial de paróquia era o primeiro passo do *cursus honorum* em Colônia<sup>21</sup>. Jacob von Dauwe, por exemplo, antes de ser eleito conselheiro pela primeira vez em 1409, aparece como oficial das paróquias de St. Peter<sup>22</sup>, St. Alban<sup>23</sup>, St. Brigida<sup>24</sup> e St. Severin<sup>25</sup>. Johann von Hirtze, cujo modelo de carreira encontra-se em anexo, foi eleito membro do conselho em 1484,

mas bem antes disso aparece como oficial das paróquias de St. Martin<sup>26</sup>, St. Alban<sup>27</sup>, St. Columba<sup>28</sup>, St. Brigida<sup>29</sup> e St. Severin<sup>30</sup>.

Para outras famílias do grupo dirigente<sup>31</sup> observa-se o mesmo padrão de dispersão em vez de concentração. Mas qual o significado deste quadro? Uma possível interpretação é que a nova elite urbana que ascendeu ao poder em Colônia após a revolução de 1396<sup>32</sup> seguiu neste aspecto – entre outros – o modelo da elite patrícia que ela havia substituído. Deste modo, ao invés de demonstrar o seu poder ostensivamente, o que poderia provocar reações de descontentamento entre a população, a elite da cidade renana teria optado por uma forma mais discreta de exercer o seu poder.

Outra explicação possível – complementar a anterior – é que a nova elite de Colônia devia sua posição a uma base jurídica – a constituição de 1396 ou *Verbundbrief* – que vetava a participação privilegiada de qualquer grupo na direção política da cidade, orientando-a em critérios de participação segundo a organização corporativa. Com isso cargos como os de membro do conselho da cidade, prefeito etc. eram eletivos com um mandato de um ano, com a proibição explícita de reeleição nos dois anos seguintes. Como estes cargos eram em parte eletivos e em parte preenchidos segundo um critério de cooptação política<sup>33</sup> – i.e., eleitos pelos próprios membros do conselho, no qual o grupo dos artesãos era majoritário - não seria uma decisão sábia, do ponto de vista político, que o grupo dirigente se distanciasse demasiado da sua „base“ de eleitores e clientes. A situação em Castela era bem diferente. A elite urbana castelhana era escolhida não pela própria comunidade ou corporações de ofício, mas pela Coroa<sup>34</sup>, podendo manter-se nas funções político-administrativas da cidade de maneira vitalícia, o que a tornava mais autônoma em relação ao conjunto da população do que no caso de Colônia. Assim podemos ver uma mensagem – não necessariamente consciente - na dispersão topográfica que caracteriza a camada dirigente em Colônia: nós, os poderosos, os ricos, somos, na realidade, cidadãos normais. O caminho para o topo está aberto para os que quiserem e ousarem subir.

A elite de Colônia distancia-se também da elite castelhana – e não tanto da comunidade da qual fazia parte – no sentido de que em Colônia todos os cidadãos pagavam impostos<sup>35</sup>, embora predominantemente na forma de impostos indiretos, enquanto nas

idades castelhanas os habitantes eram divididos entre os *pecheros*, que pagavam impostos, e a elite de cavaleiros-vilões, que – à semelhança da nobreza - não pagava impostos.

As relações entre o grupo dirigente e o grupo dirigido nem sempre podem ser facilmente compreendidas, devido ao caráter complexo das relações clientelísticas que pautavam a convivência dos diferentes grupos da hierarquia social, cuja composição varia de acordo com a história prévia e a forma de inserção na estrutura macro-política (reinos), como mostra a comparação entre as elites de Burgos e Colônia. Deste modo, as relações de poder e a própria organização espacial das cidades medievais eram informadas pelo contexto maior no qual se inseriam, como mostra a tabela abaixo:

### **Relação entre formas de poder local e central <sup>36</sup>:**

Critérios/países	Alemanha	França	Espanha
grau de centralização monárquica	fraca	Média	forte
grau de autonomia do governo urbano	forte	Médio	fraco

Alemanha, França e Espanha representavam, na idade média, condições macro-estruturais bastante diversas (com matizes que vão desde uma estrutura feudal típica e pouco centralizada até um feudalismo atípico e bem centralizado) que permitiram a constituição de elites locais com maior ou menor autonomia. Apesar de algumas variantes regionais que não podem ser desprezadas, eles constituem uma gradação de diferentes graus de centralização monárquica, inversamente proporcional à autonomia dos grupos dirigentes locais.

As leis suntuárias<sup>37</sup> também eram, em grande parte, definidas pelas relações de poder a nível macro e micro político. Enquanto nas cidades alemãs – com um grau de autonomia bem maior que suas congêneres ibéricas – as leis limitando os gastos e ostentação partiam dos próprios grupos dirigentes locais, em Castela estas leis foram impostas “de cima”, por reis que, como Afonso X<sup>38</sup>, pretendiam e precisavam conter uma nobreza rebelde. Mas enquanto os nobres eram atingidos por leis que limitavam a ostentação e o luxo, a elite urbana de cavaleiros vilões era convocada a exibir em uma "parada" anual - *alarde*<sup>39</sup> - seus cavalos e armas de guerra, símbolo e fonte do seu poder.

Além dos determinantes macro-estruturais, as relações de poder na cidade medieval assentavam no que Monnet define como o “tripé do poder”: riqueza, prestígio e poder (MONNET, 1996, p. 65). Embora indissociáveis, cabe perguntar como estes fatores se

relacionavam, se cooperavam ou, ao contrário, poderiam entrar em conflito. Exemplar neste último sentido é o abandono progressivo da atividade comercial direta – que trazia maiores ganhos, mas também maiores riscos – pela situação de *rentier*, que também favorecia a atividade política (de prestígio indiscutivelmente maior que a de comerciante), atividade que, com a complexificação da administração das cidades ao longo da idade média, ocupava uma quantidade de tempo cada vez maior daqueles que a elas se dedicavam. Também alguns exemplos “domésticos” apontam neste sentido, como o casal Johann e Gretgin von Hirtze. Johann, cuja carreira encontra-se em ficha em anexo, foi um homem público, religioso e polemico. Pouco antes de morrer encomendou a construção de uma capela para si na igreja de St. Maria ad Gradus, em Colônia, onde jaziam seus pais. Os registros nos Schreinsbücher imediatamente após a sua morte mostram como Gretgin, a viuva, precisou vender algumas propriedades para pagar dívidas do marido<sup>40</sup> entre elas a da capela. Aparentemente a preocupação com o “bem estar” *post mortem* poderia mesmo superar a preocupação com os vivos. A cidade medieval convivia portanto, tanto no plano físico quanto no imaginário, com o que Philippe Ariès chamou “a coexistência dos vivos e dos mortos” (ARIÈS, 1989, p. 25). E esta coexistência transportava as noções de hierarquia presentes no mundo dos vivos para o mundo dos mortos, como já apontado por Ariès e, mais recentemente, por OEPEN (1999, p. 58), para a cidade de Colônia, em um estudo sobre o livro dos mortos da igreja St. Maria im Kapitol. Quanto maior a riqueza e a influência política de uma família, maiores eram os investimentos na construção de capelas privadas, as ricas doações às igrejas e mosteiros que garantiam um lugar disputado próximo ao altar e, através das missas ad *aeternum* encomendadas nos testamentos, a possibilidade de encurtar o período de espera no purgatório.

## CONCLUSÃO:

Na idade média, vizinhança era uma ligação importante entre os indivíduos. A vizinhança reunia indivíduos, dava-lhes uma identidade comum (ligada a um santo patrono da paróquia), garantia um grupo de apoio para auxílio mútuo, uma comunidade de devoção. Assim sendo, é compreensível que o fator vizinhança tivesse também um papel importante nas relações políticas e econômicas da cidade medieval. Deste modo, o que chama a atenção não é o fato de grupos artesãos se agruparem em torno de determinados bairros, mas sim o fato do grupo dirigente, composto majoritariamente por comerciantes, não seguir este modelo. Isso talvez deva-se ao fato que, por tratar-se do grupo que definia os rumos da cidade, identificavam-se não com um bairro em particular, mas sim com a cidade como um todo.

Do ponto de vista da análise topográfica, parece bastante significativo o fato de que em Colônia não encontramos um processo de concentração das residências das famílias mais poderosas em determinado bairro ou rua, como constatou Ruiz no seu estudo prosopográfico sobre a cidade de Burgos, em Castela medieval (RUIZ, 1994, p. 218). Considerando que em ambas as cidades o peso do elemento comercial como fonte de sustentação da elite urbana é bastante nítido, não podemos buscar a resposta para estes diferentes modelos de ocupação do solo urbano exclusivamente na economia. Em Burgos Ruiz aponta para a **concentração** da elite urbana de cavaleiros-vilões na rua de Santo

Llorente, eixo leste-oeste que cortava a cidade e por onde passava a rota de peregrinação de Santiago de Compostela, um dos elementos-chave para o crescimento de Burgos. Em Colônia também estamos diante de uma cidade de marcada feição comercial, como já apontado em inúmeros estudos<sup>41</sup>. A explicação para o fato da elite dirigente de Colônia não estar concentrado em determinado bairro deve ser, portanto, procurada em outras causas. Neste sentido penso ser possível fazer uma leitura destes modelos opostos de topografia (**concentração versus dispersão** da elite<sup>42</sup>) como formas diferentes da compreensão de si mesmo e de representação das elites urbanas: como mensagens de integração ou isolamento do grupo dirigente frente às suas comunidades. A elite de Burgos era um grupo bastante fechado, ciente dos seus privilégios de origem militar, que mantinha o poder político na cidade com base em poderio econômico e nos favores obtidos da Coroa em troca do seu apoio na luta contra muçulmanos e nobres rebeldes.

A elite de Colônia (especialmente após a revolução de 1396) era composta por um grupo enriquecido de cidadãos, cuja eleição dependia da comunidade (através da representação política desta nas *Gaffeln*) enquanto em Burgos (e várias outras cidades de Castela) alguns dos cargos políticos mais importantes eram de nomeação real<sup>43</sup>, caracterizando o que Ruiz define como a “progressiva relação simbiótica entre as elites urbanas e a Coroa” (RUIZ, 1994, p. 188).

Neste contexto é possível pensar que os diferentes padrões topográficos sinalizam uma elite mais fechada e ciente de seu papel de destaque na comunidade em Burgos, enquanto em Colônia (cidade que sofrera uma revolução exatamente para forçar a abertura do grupo dirigente) a nova elite que começa a se formar após 1396 pretendia exatamente evitar este distanciamento, uma vez que a sua posição de mando dependia de votos obtidos na comunidade e das relações de clientela que as famílias mais importantes estabeleciam com ela.

A análise extra-econômica dos registros de imóveis é importante devido ao caráter particular de sociedade medieval, na qual a organização espacial corresponde, via de regra, a características particulares dos diferentes grupos profissionais (corporações) e religiosos (confrarias), que têm na igreja paroquial o seu ponto de encontro. Em torno delas se agrupavam artesãos e comerciantes que tinham na religiosidade um denominador comum. A proximidade destes grupos, que eram conjuntamente responsáveis pelas suas paróquias e pela administração da cidade, possibilitava o diálogo e a extraordinária estabilidade que, fora alguns episódios de revolta popular (em 1396, 1481 e 1513), caracteriza a história política de Colônia na idade média tardia. Desde a nova constituição elaborada após a revolta de 1396, a cidade era governada por um conselho unificado que tinha no “*gemeinen Nutzen*” (o bem comum) o seu argumento legitimador, responsável por uma realidade que, à parte as disparidades de riqueza e poder de seus habitantes, conferia aos seus cidadãos (*Bürger*) a proteção da cidade, tanto em termos jurídico-políticos quanto também religioso, pois os muitos santos da *sancta Colonia* (MILITZER, 1986, p. 16) zelavam pelos seus. A cidade era rica, mesmo que nem todos os seus habitantes o fossem. E para além da riqueza material, era importante a forma como a riqueza era concebida.

O importante, nas cidades medievais, não era apenas o quão rica era uma família, mas também a forma **como** ela utilizava a sua riqueza. E fazia parte do conjunto de

obrigações não escritas do grupo dominante o cuidado com os pobres, com a defesa e manutenção das cidades. Desta forma os mecanismos de exercício de poder proporcionavam uma espécie de “distribuição de riqueza”<sup>44</sup>, base do acordo entre dirigentes e dirigidos. E nisso, talvez, resida uma das maiores diferenças entre as sociedades urbanas pré-industriais e as posteriores.

## BIBLIOGRAFIA

- ALTHOFF, G., Spielregeln der Politik im Mittelalter: Kommunikation in Frieden und Fehde, Darmstadt 1997.
- ARIÈS, Ph., Sobre a história da morte no Ocidente desde a idade média. Lisboa, Teorema, 1989.
- ASTARITA, C., Classe sociale, statut et pouvoir de la “caballería villana”, In: Le moyen âge, Nr. 2, T. CV (1999), p. 415-437.
- BULST, N., Über das Gegenstand und der Methode der Prosopographie In: BULST, N./GENET, J.-P. (Ed.), Medieval Lives and the Historian: Studies in Medieval Prosopography. Proceedings of the First International Interdisciplinary Conference on Medieval Prosopography, University of Bielefeld, 3-5 December 1982), Michigan, 1986, p. 1-16.
- BULST, N., Zum Problem städtischer und territorialer Kleider-, Aufwands- und Luxusgesetzgebung in Deutschland (13.-Mitte 16. Jahrhundert). In: GOURON, A./RIGAUDIÈRE, A. (Dir.), Renaissance du pouvoir législatif et genèse de l'État, Montpellier, 1988, p. 21-53.
- BULST, N., Kleidung als sozialer Konfliktsstoff. Probleme kleidergesetzlicher Normierung im sozialen Gefüge, In: Saeculum, 44 (1993), p. 32-46.
- BURKE, Peter. Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- DIAGO HERNANDO, M., El perfil socioeconómico de los grupos gobernantes en las ciudades bajomedievales: análisis comparativa de los ejemplos castellano y alemán, In: En la España Medieval 18 (1995), p. 85-134.
- GIEL, Robert, Politische Öffentlichkeit im spätmittelalterlich-frühneuzeitlichen Köln (1450-1550). (Berliner Historische Studien, Bd. 29), Berlin, 1998.
- HERBORN, W., Die politische Führungsschicht der Stadt Köln im Spätmittelalter (Rheinische Archiv 100), Bonn, 1977.

- HERBORN, W., Verfassungsideal und Verfassungswirklichkeit in Köln während der ersten zwei Jahrhunderte nach Inkrafttreten des Verbundbriefes von 1396 dargestellt am Beispiel des Bürgermeisteramtes, In: EHRBRECHT, W. (Hrsg. v.) Städtische Führungsschicht und Gemeinde in der werdenden Neuzeit. Köln/Wien, 1980, p. 25-52.
- IRSIGLER, F., Hansakaufleute: Die Lübecker Veckinchusen und die Kölner Rinck. In: Hanse in Europa, Brücke zwischen den Märkten, 12.-17. Jahrhundert (Ausstellung des kölnischen Stadtmuseums, 9. Juni-9. Sept. 1987), Colônia, 1973.
- ISENMANN, E., Die deutsche Stadt im Spätmittelalter: 1250-1500, Stuttgart 1988.
- KEUSSEN, H. Topographie der Stadt Köln im Mittelalter. 2 Bde. (Preis-Schriften der Mevissen-Stiftung) Bonn, 1910, Nachdruck Düsseldorf, 1986.
- KLAPISCH-ZUBER, C., La maison et le nom: stratégies et rituels dans l'Italie de la Renaissance. Paris, Éd. de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.
- LADERO QUESADA, M. F., Las ciudades de la Corona de Castilla en la baja edad media (siglos XIII al XV), Arcos Libros, Madrid, 1996.
- MILITZER, K., Ursachen und Folgen der innerstädtischen Auseinandersetzungen in Köln in der zweiten Hälfte des 14. Jahrhunderts. Köln, 1980.
- MILITZER, Klaus, Collen eyn kroyn boven allen steden schoyn. Zum Selbstverständnis einer Stadt, In: Colonia Romanica 1 (1986), p. 15-32.
- MILITZER, K., Kölner Gaffeln in der zweiten Hälfte des 14. Und zu Beginn des 15. Jahrhunderts, In: Rheinische Vierteljahrsblätter, 47 (1983), p. 124-143.
- MONNET, P., Doit-on encore parler de patriciat? (dans les villes allemandes de la fin du Moyen Age), In: Bulletin d'Information de la Mission Historique Française en Allemagne, N° 32 juin 1 (1996), p. 54-66.
- OEPEN, J., Die Totenbücher von St. Maria im Kapitol zu Köln: Edition und personengeschichtlicher Kommentar. (Studien zur Kölner Kirchengeschichte, Hrsg. v. Historischen Archiv des Erzbistums Köln, Bd. 32), Siegburg, 1999.
- PLANITZ, H., Die Deutsche Stadt im Mittelalter: Von der Römerzeit bis zu den Zunftkämpfen, Wiesbaden 1996.
- REINHARD, W., Freunde und Kreaturen: Verflechtung als Konzept zur Erforschung historischer Führungsgruppen Römischer Oligarchie um 1600 (Schriften der Philosophischen Fachbereiche der Universität Augsburg, Nr. 14). München, 1979.

RUIZ, T., Crisis and Continuity: Land and Town in Late Medieval Castile. (Middle Ages Series), Pennsylvania, Pennsylvania Press, 1994.

RUIZ, T., Expansion et changement: la conquête de Séville et la société castillane (1248-1350), In: Annales E.S.C. 3 (1979), S. 548-565.

RÜTHING, Heinrich, Die Familie in einer deutschen Kleinstadt am Übergang vom Mittelalter zur Neuzeit: Materialien und Beobachtungen, In: Familie zwischen Tradition und Moderne: Studien zur Geschichte der Familie in Deutschland und Frankreich vom 16. bis zum 20. Jahrhundert. Hrsg. v. N. BULST, J. GOY u. J. HOOCK (Kritische Studien zur Geschichtswissenschaft, Bd. 48), Göttingen 1981, p. 19-38.

RÜTHING, H., Der Wechsel von Personennamen in einer spätmittelalterlichen Stadt. Zum Problem der Identifizierung von Personen und zum sozialen Status von Stadtbewohnern mit wechselnden oder unvollständigen Namen, In: BULST, N./GENET, J.-Ph. (Ed.), Medieval Lives and the Historian. Studies in Medieval Prosopography, Kalamazoo, Michigan, 1986, p. 215-216.

SIEH-BURENS, K., Oligarchie, Konfession und Politik im 16. Jahrhundert: zur sozialen Verflechtung der Augsburger Bürgermeister und Stadtpfleger 1518-1618, München 1986.

STONE, L., Prosopographie, In: Daedalus, C (1971), 46-79.

WINTERFELD, L., Handel, Kapital und Patriziat in Köln bis 1400, In: Pfingstblätter des Hansischen Geschichtsvereins (Lübeck) Blatt XVI (1925), p. 3-83.

### **Notas:**

\* Texto publicado na revista Anos 90: Revista do PPG em História/UFRGS, Porto Alegre, n. 14, dezembro de 2000, p. 294-311.

\*\* Profa. Mestre, Depto. de História, IFCH/UFRGS.

1 Este trabalho é parte da tese de doutorado que desenvolvo e que tem por tema as relações de poder na cidade de Colônia na idade média tardia.

2 Sobre a prosopografia vide os artigos de STONE, L., *Prosopographie*, In: Daedalus, C (1971), 46-79 e BULST, N. "Über das Gegenstand und der Methode der Prosopographie" In: BULST, N./GENET, J.-P. *Medieval Lives and the Historian: Studies in Medieval Prosopography*, (Proceedings of the First International Interdisciplinary Conference on Medieval Prosopography, University of Bielefeld, 3-5 December 1982), Michigan, 1986, p. 1-16. Traduzi este último artigo que deve sair em breve.

3 Como mostra o estudo das elites de Veneza e Amsterdã de Peter Burke (BURKE, 1991).

4 *Schreinsbücher* são registros de diferentes tipos de negócios imobiliários, como compra e venda, transmissão por herança e outros. O nome *Schreinsbuch* significa "livro do armário", porque estes livros de

registro – tão importantes para a população medieval quanto para o medievalista – eram guardados em armários trancados à chave

5 Para uma visão de conjunto é útil a consulta ao Verzeichnis der Kölner Schreinskarte und Schreinsbücher, de KEUSSEN, que contém informações úteis sobre o estado dos livros, levantamento de ruas ou mercados contidos em cada livro.

6 Test. 3/K 486.

7 Test. 3/I 266.

8 Parcialmente recuperada após a 2ª Guerra Mundial.

9 Test. 3/B 344.

10 Aquele segmento ao qual os historiadores se referem por vezes como *nameless* lembrados geralmente como recebedores de benefícios da caridade pública e da igreja ou pelas suas manifestações violentas (vide RUIZ, T., 1994, p. 235).

11 Este problema pode ser parcialmente solucionado comparando os dados dos Schreinsbücher com os de uma lista de impostos de 1487, na qual foram registrados todos os imóveis de Colônia, em alguns casos também com referências aos inquilinos.

12 PLANITZ, Hans, Die Deutsche Stadt im Mittelalter: Von der Römerzeit bis zu den Zünftkämpfen, Wiesbaden 1996. Vide especialmente a parte II. "Stadtgründungen und Topographie", p. 161ss., onde topografia é encarada de uma maneira puramente descritiva, sendo os aspectos sociais abordados em outro segmento.

13 KEUSSEN, Hermann, Topographie der Stadt Köln im Mittelalter, 2 Bde. (Preis-Schriften der Mevissen-Stiftung 2), Bonn 1910, Nachdruck: Düsseldorf, 1986. Keussen acentua predominantemente os aspectos jurídicos.

14 Sieh-Burens (1986, p. 71) relaciona a vizinhança com os dados de uma "topografia social".

15 Cavaleiros vilões eram cavaleiros não nobres que controlavam a vida política da cidade, RUIZ, 1994, p. 218; vide também o recente artigo de ASTARITA, 1999, que levanta interessantes questões sobre o estatuto de classe da cavalaria vilã castelhana.

16 Para Augsburg vide SIEH-BURENS, 1986, p. 71ss.

17 KEUSSEN, 1986, p. 81-82. Sieh-Burens registra a mesma situação para Augsburg, SIEH-BURENS, 1986, p. 70-71.

18 Na realidade tratam-se de duas casas num mesmo terreno, große e kleine Wasservase, Schrb. 164/40r.

19 Tanto em termos de antigüidade quanto em termos de poder e status nas primeiras décadas do século XV.

20 Que aponta para uma tendência em direção ao predomínio da situação de *rentier* no grupo dominante, como verificada por BURKE para Veneza e Amsterdã, (BURKE, 1991, p. 145),

21 Vide ficha do catálogo prosopográfico anexada a título de ilustração no final deste artigo.

- 22 Amtleutebuch Peter, G 338, f. 22r.
- 23 Amtleutebuch Alban, G 333, f. 20r.
- 24 Amtleutebuch Brigida, G 334, f. 19v.
- 25 Amtleutebuch Severin, G 341, f. 19r.
- 26 Amtleutebuch Martin, G 337, f. 55v.
- 27 Amtleutebuch Alban G 333, f. 27r.
- 28 Amtleutebuch Columba G 335, f. 49v.
- 29 Amtleutebuch Brigida, G 334, f. 32v.
- 30 Amtleutebuch Severin, G 341, f. 26v.
- 31 Como os Lyskirchen, von der Eren e outros, parceiros políticos e parentes das famílias mencionadas.
- 32 Revolução é o conceito normalmente utilizado para descrever este movimento de revolta de artesãos e comerciantes, liderado pelos últimos, contra o antigo patriciado da cidade de Colônia. O termo é estranho às fontes da época, que se referem a este e outros movimentos semelhantes como *sedicio*, *tumultus*, *Krieg*, *Auflauf*, vide MILITZER, 1980, p. 143.
- 33 É o mecanismo chamado *Gebrech*, literalmente: o restante, i.e. um número de 13 conselheiros que não eram eleitos diretamente pela comunidade organizada em *Gaffeln* (organização política que tinha por base as corporações de ofício e de comerciantes) mas sim eleitos pelos seus pares conselheiros. A instituição da *Gebrech* tem sido freqüentemente apontada como um dos principais elementos no processo de oligarquização do grupo dirigente em Colônia. Vide MILITZER, 1983, p. 143, HERBORN, 1977, p. 338-329 e HERBORN, 1980, p. 31 e 35.
- 34 Vide RUIZ, 1994, p. 187ss e também DIAGO HERNANDO, 1995, p. 85-134.
- 35 Com exceção dos membros do clero.
- 36 Esta questão vem sendo desenvolvida por mim com alunos de iniciação científica desde maio de 1998, no projeto de pesquisa “Elites urbanas na idade média tardia: um estudo comparativo”.
- 37 Sobre este tema vide os interessantes artigos de BULST, N., *Kleidung als sozialer Konfliktsstof. Probleme kleidergesetzlicher Normierung im sozialen Gefüge*, In: *Saeculum*, 44 (1993), p. 32-46 e BULST, N., *Zum Problem städtischer und territorialer Kleider-, Aufwands- und Luxusgesetzgebung in Deutschland (13.-Mitte 16. Jahrhundert)*. In: GOURON, A./RIGAUDIÈRE, A. (Dir.), Renaissance du pouvoir legislativ et genése de l'État, Montpellier, 1988, p. 21-53.
- 38 Como, por exemplo, Afonso X, o sábio, que teve que enfrentar uma forte oposição da nobreza durante o seu governo. Vide RUIZ, 1979, p. 557.
- 39 Sobre o alarde vide RUIZ, 1994, p. 254.
- 40 Vide Schrb. 169/272r e 169/262v.

41 Vide, por exemplo, WINTERFELD, Luisa. *Handel, Kapital und Patriziat in Köln bis 1400*. In: Pfingstblätter des Hansischen Geschichtsverein (Lübeck) Blatt XVI (1925), p. 3-83.

42 A dispersão da elite era também a tendência predominante em Augsburg, como evidenciado pelo estudo prosopográfico de Sieh-Burens, 1986, p. 71.

43 E cujo exercício tende a se tornar não apenas vitalício mas também hereditário, como salienta LADERO QUESADA (1996, p. 49), enquanto em Colônia todos os cargos são eletivos e não podem ser ocupados por um mandato superior a um ano ou dois anos, com exceção do cargo de *Rentmeister* (responsável pelas rendas dos imóveis da cidade) que, principalmente nas primeiras décadas após a revolução podia ser ocupado por um período maior de tempo.

44 ARIÈS, 1989, p. 74, afirma a existência de uma “redistribuição de rendimentos” através das doações testamentárias legadas às igrejas e aos pobres que elas atendiam.